

Cruzília, 23 de novembro de 2007



Ao Secretário de Estado de Meio Ambiente
Rua Júlio César de Oliveira, 160
Bairro Jardim dos Pássaros
CEP 37026-380 – Varginha-MG

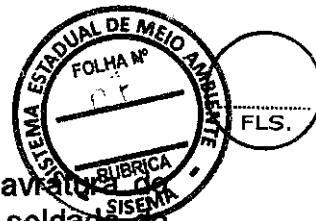
Auto de Infração nº 068355/2007

A empresa MACIEL ALCKMIN E CIA LTDA ME, fundada em 01/08/1996 se encontra localizada neste local desde sua origem, portanto, há 11 anos, possuindo Alvará de funcionamento da Prefeitura desde aquela época (doc. em anexo).

No auto de infração que lavrou, a fiscalização ambiental não apontou com clareza, especificações e detalhamentos da infração que a recorrente supostamente estaria cometendo, posto ser **genérica** (incluída na classe 1 da Deliberação Normativa da COPAM, conforme mostra o auto de infração nº068355/07), **impede a recorrente de exercer seu direito de defesa, ato ilegal** este, primeiramente.

Por outro lado, entende-se que se a justiça e a lei se utilizam do bom senso que lhes é concedido, a fiscalização ambiental, ao utilizar-se de uma legislação tão específica e nova como um decreto (a exemplo do Decreto nº 44.309, de 05/06/2006), deveria, como papel primeiro de sua função, informar aos interessados que já existiam antes mesmo dessas legislações, que uma legislação nova passaria a vigorar exigindo licença ambiental para elas, uma vez que se encontrariam inclusas nesses termos, para que assim, agindo com boa-fé e justiça, demonstrasse que os interessados teriam um prazo para regularizar-se e assim, se coadunar com legislações atípicas e novas, que normalmente só a própria instituição que a institui sabe de sua existência.

Igualmente, a **competência e a legalidade** do ato da SUPRAM no



presente caso deve ser questionada, pois o fiscal responsável pela lavratura do auto de infração não é agente qualificado para tal, haja vista ser um soldado do Batalhão da Polícia Militar.

Não entende o recorrente porque não foi notificado a se regularizar antes de ser multado, conforme prescreve a lei, vez que a empresa Maciel Alckmin e CIA LTDA ME possui alvará de licenciamento da Prefeitura para funcionar, sendo que a própria Prefeitura sempre fiscalizou aquele local (doc. em anexo).

Seria uma ilegalidade a recorrente ter que pagar uma multa exorbitante sem antes ter tido o direito de regularizar-se e defender-se legalmente das acusações, aliás, genéricas, que lhe foram feitas. De outra sorte, a fiscalização ambiental deveria, como seu papel primordial, dar exemplo de cidadania ambiental antes de tornar-se repressora ambiental, posto que a própria legislação específica do meio ambiente indica que ela deve apontar erros, advertências, informar, dar prazos para regularizações e, por fim, se em nenhuma das assertivas anteriores forem preenchidas, deve sim, penalizar os infratores com os instrumentos que a lei lhe concede.

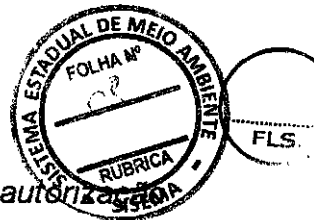
Se em todo o caso a penalidade imputada ao recorrente foi tida como de pequeno potencial e isto não influi na continuidade do funcionamento da recorrente, é razoável que a fiscalização se digne a, antes de multar a recorrente, elaborar um parecer técnico das eventuais falhas porventura existentes (com vistas a informar o recorrente) e, por conseguinte, dar um prazo de regularização, retornando ao local para verificar se tais falhas foram sanadas.

A área onde se encontra a recorrente é considerada urbana, nunca tendo tido qualquer problema com licença de funcionamento, nem tendo recebido qualquer notificação de que seus serviços estariam inclusos em uma autorização ambiental. Convém ressaltar que a legislação específica na qual estão enquadrando a recorrente é novíssima e que uma pergunta deve ser feita antes de tudo: como pode a recorrente ser diretamente multada por seus serviços se nem mesmo era ciente de que se enquadrava nos empreendimentos ou atividades considerados de impacto ambiental??!!

Observe-se que a legislação possui vários viés que rechaçam as observações e os questionamentos acima:

DECRETO Nº 44.309, DE 05/06/2006:

Art. 6º - A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam causar degradação ambiental, dependerão



de prévio licenciamento ambiental ou autorização ambiental de funcionamento.

Art. 7º - Os empreendimentos ou atividades considerados de impacto ambiental não significativo ficam dispensados do processo de licenciamento ambiental no nível estadual, mas sujeitos à autorização ambiental de funcionamento, pelo órgão ambiental estadual competente, na forma e de acordo com os requisitos dispostos pelo COPAM, sem prejuízo da obtenção de outras licenças ou autorizações cabíveis.

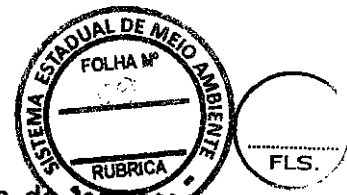
Art. 8º - O COPAM, mediante justificativa técnica, poderá convocar ao licenciamento ambiental qualquer empreendimento ou atividade, ainda que, por sua classificação em função do porte e potencial poluidor ou degradador, não esteja sujeito ao licenciamento ambiental.

§ 1º - O COPAM, no ato de convocação, definirá os documentos, projetos e estudos que subsidiarão a análise de viabilidade e adequação ambiental do empreendimento ou da atividade.

Art. 9º - A ampliação ou modificação de empreendimento ou atividade que já tenha sido objeto de licença ambiental ou autorização ambiental de funcionamento deverá ser precedida de consulta prévia ao órgão ambiental, para que seja verificada a necessidade ou não de novo licenciamento ambiental ou de nova autorização ambiental de funcionamento.

Como se verifica, por exemplo, no próprio artigo 9º acima descrito, se a ampliação ou modificação de empreendimento ou atividade que já tenha sido objeto de licença ambiental ou autorização ambiental de funcionamento deverá ser precedida de consulta prévia ao órgão ambiental, para que seja verificada a necessidade ou não de novo licenciamento ambiental ou de nova autorização ambiental de funcionamento, por que, então, aquele que ainda nem mesmo foi comunicado de sua existência, classe ou importância ambiental deve pagar uma multa que não tem origem nem inteligência na sua aplicação??

Note-se que se assim a lei não desejasse, não previa no artigo 57, inciso I, do Decreto nº 44.309, de 05/06/2006, a penalidade de advertência, antecedente à penalidade de multa. Inclusive, no artigo 59 do mesmo Decreto, trata dos casos em que se deve aplicar a penalidade de advertência, como, por exemplo, nos casos de leve infração, conforme foi enquadrada a recorrente. Já no



artigo 60 do mesmo decreto, trata os casos de multa, em que nem de 10 dias e enquadra a recorrente em nenhuma hipótese, muito menos, ressalte-se, de reincidência.

Art. 59 - A advertência será aplicada quando forem praticadas infrações classificadas como leves.

Art. 60 - A multa simples será aplicada sempre que o agente:

I - reincidir em infração classificada como leve;

II - praticar infração grave ou gravíssima;

III - obstar ou dificultar ação fiscalizadora.

Além dos fatos e fundamentos já explanados acima, a recorrente interpela recurso já acompanhado de documentos que comprovem a veracidade de suas alegações, bem como vem aduzir que já entrou em contato com os órgãos ambientais competentes, providenciando todos os requisitos necessários à Licença Ambiental, se esta se verificar realmente necessária segundo os ditames das legislações pertinentes (art. 36 do Decreto nº 44.309, de 05/06/2006), demonstrando mais uma vez, que a recorrente age sempre de boa-fé, no melhor interesse de seus empregados, dos produtos de seus serviços e também do meio ambiente.

Desta forma, obedecendo aos requisitos previstos no art. 5 da Lei nº 14.184, de 2002 e demais legislações que regem o presente caso, o recorrente pleiteia o cancelamento da multa aplicada e com justiça, espera deferimento.

Atenciosamente,

Márcia Cristina Motta Alckmin
Márcia Cristina Motta Alckmin

OAB/MG 110.064